



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer n° 031/2016

Processo Licitatório 007/2016

Cuida-se de Processo Licitatório encaminhado a esta Procuradoria Jurídica, para análise e manifestação sobre recurso administrativo interposto por Gráfica Franco Martins Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 06.158.097/0001-41, com fundamento no art. 4°, XVIII da Lei 10.520/02, no âmbito do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão (presencial), sob n° 002/2016, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais gráficos diversos.

Compareceram à sessão pública para processamento do Pregão Presencial n° 002/2016, realizada no dia 16 de junho de 2016, as empresas GRÁFICA E EDITORA JATAÍ LTDA ME e GRÁFICA FRANCO MARTINS LTDA ME.

Inconformada com a habilitação da empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda ME, a empresa Gráfica Franco Martins Ltda ME manifestou sua intenção em recorrer por ter a outra licitante apresentado o balanço patrimonial sem registro na junta comercial, estando em desacordo com o edital que requer que o mesmo seja apresentado na forma da lei.

No dia 17/06/2016, a empresa recorrente apresentou suas razões de recurso, alegando que: "A empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda não apresentou documentos válidos exigidos no edital".

Aduz que o balanço apresentado pela referida empresa foi em cópias sem assinatura do responsável pela empresa, sem apresentação do original ou autenticação, sem abertura e encerramento, motivo pelos quais não está na forma da lei, como pede o edital.

No dia 22/06/2016, a empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda ME apresentou contrarrazões ao recurso, alegando a existência de divergência na doutrina e no judiciário quanto a obrigatoriedade das Microempresas realizarem a escrituração contábil, e que a ausência de registro na JUCEG do balanço patrimonial apresentado, expressão da posição financeira da empresa, não causa prejuízos para o órgão público, muito menos nulidades ou vícios. Afirmar ainda que, deixar de contratar os serviços e as mercadorias pelo menor preço para contratar com a empresa que não apresentou o menor preço é causa de

Recebido em
27/06/16
[assinatura]



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

prejuízo para a entidade pública.

Por fim, alega que está no mercado há mais de 19 anos, e sempre cumpriu suas obrigações nos prazos combinados e pugna por sua habilitação e pela concessão de prazo para o registro na JUCG-GO.

É o breve relato.

O item 9.1.3, letra b, do Edital Pregão (Presencial) nº 002/2016, exige a apresentação de: "Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.", para qualificação econômico-financeira das empresas interessadas a participar do certame.

A questão nevrálgica posta em discussão no presente recurso refere-se à **apresentação do balanço patrimonial, na forma da lei.**

Para solução da questão, cumpre inicialmente ressaltar, que a qualificação econômico-financeira, na lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, "[...] *corresponde à disponibilidade de recursos financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. [...] O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento*". Acrescenta, ainda, o autor que "a qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função das necessidades concretas, de cada caso. Não é possível supor que qualificação econômico-financeira para executar uma hidrelétrica seja idêntica àquela exigida para fornecer bens de pequeno valor".

Segundo a doutrina do eminente mestre administrativista, cabe à Administração Pública, no caso concreto a ser licitado, explicitar os requisitos a serem preenchidos para que o licitante seja considerado habilitado quanto à qualificação econômico-financeira.

A previsão editalícia é reprodução de todos os termos do art. 31, inciso I, da Lei de Licitações, e a expressão: **na forma da lei**, indica que não é a Lei das Licitações que define como será o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, nem os seus conceitos, devendo o interprete valer-se de outras normas para obter o seu significado, e alcance.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O Balanço Patrimonial para ter validade precisa ser elaborado em conformidade com a legislação comercial, societária e fiscal em vigência na data de seu encerramento.

O novo Código Civil (Lei 10.406/02) substituiu o Código Comercial que regia as empresas e agora tratamos todas as questões relacionadas às empresas com o Código Civil a partir do art. 966 até o art. 1.195 no Livro II - Do Direito de Empresa.

Os ditames societários para o encerramento do balanço como a forma de classificação, avaliação e as demonstrações obrigatórias são detalhados na Lei 6.404/1976. A despeito de ser a Lei das Sociedades por Ações, ela também é aplicável às demais entidades.

A escrituração contábil e o levantamento do Balanço Patrimonial são obrigações que alcançam todas as entidades empresárias, independentemente de porte ou forma de constituição.

Assim, mesmo para as empresas tributadas pelo regime simplificado de apuração (Simples Nacional) é possível exigir os informes contábeis e patrimoniais, como das demais entidades.

A única segregação que se faz é que, para as empresas em geral, o conjunto completo de demonstrações contábeis é muito mais abrangente que para as microempresas e empresas de pequeno porte; bastando para estas a apresentação do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e das Notas Explicativas, conforme regulamenta a Resolução CFC 1.418/2012.

O sistema de escrituração feito nos livros empresariais apresenta alguns requisitos que são classificados em:

1. Requisito de Escrituração Extrínseco e;
2. Requisito de Escrituração Intrínseco.

O Requisito Extrínseco refere-se à segurança dos livros empresariais e caracteriza-se pela necessidade de se registrar (autenticar) os livros empresarias na Junta Comercial, conforme previsão do Código Civil no artigo 1181:

"Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios."



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Os Requisitos Intrínsecos dos livros contábeis refere-se à forma da escrituração, nos termos dos arts. 1.183 e 1.184 do CC:

"Art. 1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

Parágrafo único. É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária."

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou a **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/2011**, que aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil, e determina que:

"9. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma não digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como: serem encadernados; terem suas folhas numeradas sequencialmente; conterem termo de abertura e de encerramento assinados pelo titular ou representante legal da entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.

10. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como: serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado; serem autenticados no registro público competente.

...

13. As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado."

Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário e, portanto, só existirá por meio de cópia autenticada.

Isto não quer dizer que outros Balanços não possam ser apresentados, no entanto, como a contabilidade é alterada constantemente em uma entidade, existe o



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

risco das informações apresentadas não serem as oficiais e válidas para a data de seu encerramento.

Considerando que o Edital não previu a apresentação do Termo de Abertura e Termo de encerramento do Livro Diário, onde deve ser lançado o Balanço Patrimonial, tenho que a inabilitação da licitante por ausência desses documentos constitui rigorismo formal extremo.

Todavia, a ausência de comprovação da autenticidade do balanço, que consta no Livro Diário da licitante é medida que reclama a oportunização para que a mesma comprove que o documento (balanço patrimonial) apresentado realmente corresponde às informações contábeis da empresa, consoante faculdade prevista no Edital, no item 10.10.

Face ao exposto, considerando o valor da eventual contratação, primando pela busca da economicidade, da melhor proposta e atingimento do interesse público, tenho que o julgamento do recurso deve ser transformado em diligência para permitir à empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda ME, comprovar que o documento apresentado (balanço patrimonial), consoante as razões expostas, corresponde às informações contábeis da empresa.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 24 de junho de 2016.


Renata Silva Oliveira
Procuradora Jurídica